

Entrevista com Ellen F. Woortmann

Bruno Ronald Andrade da Silva
Doutorando em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
operabruno@hotmail.com

Diego Breno Leal Vilela
Doutorando em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
brenovilella@yahoo.com.br

Natália de Campos
Doutoranda em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
natalia262@gmail.com

Durante o III Colóquio Franco-Brasileiro: Saberes, práticas e transmissões – realizado na UFRN em setembro de 2015 – convidamos a antropóloga Profa. Ellen Fensterseifer Woortmann (UnB) para inaugurar as seções de entrevista da Revista Equatorial. Ela gentilmente aceitou nosso convite. No referido evento, a professora proferiu a conferência de encerramento, intitulada “Memória e alimentação: alguns casos”.

Em sua produtiva trajetória acadêmica, Ellen F. Woortmann realizou pesquisas de campo em diversos estados do Brasil (incluindo o Rio Grande do Norte) e no exterior, debruçando-se sobre as temáticas de imigração, campesinato, gênero, alimentação, memória, patrimônio e saberes tradicionais. Suas conexões com outros campos disciplinares, em especial a História, foram essenciais para a produção de suas pesquisas. Para os/as estudiosos/as das interfaces entre as ruralidades e as questões de gênero, a Profa. Ellen é uma referência fundamental.

E é com muita satisfação que compartilhamos os seus relatos com os leitores da Revista Equatorial.

Boa leitura!

Revista Equatorial: Gostaríamos que a senhora começasse nos contando um pouco como ocorreu sua aproximação com a Antropologia e seu interesse pelos estudos sobre campesinato.

Ellen F. Woortmann: Em primeiro lugar quero agradecer pelo convite. Para mim é uma honra e sempre um grande prazer responder às instigantes perguntas formuladas pelos alunos!

Minha carreira tem sido pautada em dois eixos: pesquisa e ensino. Por outro lado, ela significou a passagem pela História, Arqueologia para depois aportar na Antropologia, campos de saber que articulados marcam meu modo de apreender os objetos de estudo até hoje. O fato de ter participado na graduação da UNISINOS de vários projetos de pesquisa de professores, tais como Pedro Ignacio Schmitz (Arqueologia), sem dúvida contribuiu muito para minha formação, seja para a percepção da importância da teoria, seja do trabalho de campo e em especial a organização do espaço/meio ambiente em relação aos grupos estudados. Nesse quadro, aprendi técnicas de reconstrução, reconstituição de material cerâmico, sua correlação com a alimentação, etc. A experiência na configuração da fase arqueológica Iporá, com sua rica cerâmica e a datação do Smithsonian Inst. em 1250(+ m30), relacionada à migração pré-

histórica tupi-guarani, foi sem dúvida marcante. Minha participação em projetos de História coordenados pela Profa. Helga Piccolo por outro lado, me abriu o fascinante mundo da imigração alemã e da paleografia. Primeiro da paleografia brasileira do século XIX a qual me revelou a antiga Colônia de São Leopoldo, seguida pela leitura e análise da trajetória e instalação dos imigrantes alemães na Colônia de Três Forquilhas. Do cruzamento dos dados da documentação dos Museus Históricos do Rio Grande do Sul e Visconde de S. Leopoldo, com a minha primeira incursão no trabalho de campo, com entrevistas, histórias de vida e da memória do grupo local, resultou minha dissertação de graduação. Já o domínio da paleografia alemã gótica, impressa e manuscrita, para dar conta dos registros de batizado, casamento e enterro da Comunidade Evangélica de Dois Irmãos, uma das colônias alemãs mais antigas, representou outro desafio, e dela resultou minha dissertação de Especialização em História.

A análise desses dados abriu as portas para uma abordagem que continuei a seguir e aprimorar tanto na dissertação de mestrado, na tese de doutorado e de certo modo até hoje: a conjugação da pesquisa histórica com trabalho de campo, de cunho antropológico. A rigor, a análise dessa documentação e trabalho de campo me introduziram no rico universo da nomenclatura, das práticas de parentesco e compadrio e me revelou dimensões do universo simbólico e processo produtivo e de consumo camponês.

Desde outra perspectiva, meu interesse pessoal pelos camponeses surgiu ainda na infância quando meu avô (Pm) construiu sua casa de veraneio na Serra Gaúcha, onde alguns vizinhos ainda eram colonos. As visitas a eles eram para mim fascinantes. Era um mundo novo que se abria! Posteriormente voltei a eles: do lazer de infância passei ao prazer de estudá-los, primeiro pela História e depois pela Antropologia.

Aliás, tal como mencionado na minha tese de doutorado, foi interessante a experiência de retorno às colônias teuto-brasileiras e em especial o contato formal com um ex-seminarista, professor, liderança local e colono. O fato de eu falar o dialeto e vir acompanhada por um ex-aluno dele de pouco me serviu. Os laços foram estabelecidos quando ele perguntou “de quem tu és” (*von wem bist Du*). Pela minha referência genealógica o patriarca identificou meu avô (PP) que, há mais de 40 anos havia trabalhado na região como representante comercial de tecidos (*Musterreiter*). Na lógica dele, como o meu avô havia sido um “homem de bem”, sua neta merecia confiança. Foi, portanto, o parentesco que me abriu a porta para que simbolicamente eu buscasse na “sala” as noções oficiais do grupo e na “cozinha”, as suas dimensões oficiosas e memória.

No Mestrado que cursei no PPGAS/UnB, desde a seleção, meu interesse estava voltado para os camponeses, inicialmente os colonos teuto-brasileiros, interesse esse que se estende depois para os sitiantes de Sergipe e posteriormente a outras variantes que estudo no decorrer de minha carreira. Esse fio condutor de pesquisas sobre os colonos teuto-brasileiros, se me levou à análise de outros grupos camponeses, também me conduziu aos estudos sobre imigração alemã no Brasil e em outros países, assim como a outros grupos de imigrantes. Levou-me também à participação em projetos internacionais, tais como sobre a imagem dos imigrantes japoneses na América Latina, coordenado pelos Profs. Gustavo Andrade, SJ e Chiyoko Mita da Universidade de Sofia em Tóquio e apoiado pela Fundação Toyota. Desse projeto resultaram vários artigos publicados no Brasil e no Japão. Atualmente, como professora visitante e representante do Brasil, participo das pesquisas e da criação de um banco de dados sobre noruegueses na América Latina (1820 – 1940), coordenado pelo Prof. Steinar Andreas Saether da Universidade de Oslo. O meu primeiro artigo sobre esse grupo saiu em abril de 2016; para o segundo semestre está previsto novo período de campo em Joinville, sobre dimensões da memória e parentesco sobre esses noruegueses.

Por outro lado, considero importante ressaltar que pela orientação de alunos tomei também base indireta sobre outros grupos de imigrantes, tais como os ucranianos.

RE: Quando os seus estudos sobre campesinato se iniciaram, como essa temática estava a ser tratada no Brasil? Quais questões estavam em evidência? Que eventos acadêmicos e/ou políticos foram importantes para a disseminação deste campo de estudos na Antropologia Brasileira?

EFW: Acredito que se pode afirmar que no final dos anos 1970 os estudos de campesinato eram marcados por uma ênfase economicista, neo-marxista, em que clássicos como Chayanov, Galeski e Tepicht eram destaque, com suas noções de subordinação ao capital, produtores e consumidores, *workteam*, força de trabalho plena e marginal, onde a família era percebida como unidade econômica, etc. Desde outra perspectiva, nessa época Bourdieu, Wolf, Redfield, Mendras e Segalen e Zonabend analisavam os camponeses embasados em noções tais como *habitus*, reprodução social, grupo doméstico, *memoire longue*, etc. Os estudos de campesinato no Brasil, via de regra, partiam da premissa de que camponeses eram produtores para o capital e, em decorrência, noções como subordinação ao capital, força de trabalho, de percepção viricentrada eram balizas. Trabalhos sobre parentesco camponês, herança, nomeação

eram raros.

Na relação análise/atuação, merece grande destaque a contribuição dos antropólogos na formulação da Constituição de 1988. Sua intensa luta de bastidores foi decisiva para que os direitos de grupos tradicionais fossem reconhecidos e formulados, em especial sobre terra. É a partir desse *turning point* – tomando emprestada uma noção da História – que se começa, por exemplo, a construir a nova noção de *quilombo*, como uma categoria sócio-política que abarca grupos de apropriação comunal da terra, antes designados e analisados singularmente como de “comunidades de fundo de pasto”, “terra de preto”, “terra de santo”, etc. Aliás, essa concepção singularizante de análise das comunidades tradicionais é repensada quando se identificam significativas redes socioeconômicas entre elas.

RE: Qual foi o papel e a inserção política destes antropólogos ante as questões em que seus interlocutores de pesquisa estavam envolvidos?

EFW: Nesse quadro, a própria ABA (Associação Brasileira de Antropologia) se redefine. De uma associação essencialmente científica, ela passa a operar nos bastidores do poder, a articular, reforçar e orientar as forças de apoio aos grupos tradicionais. Pode-se afirmar que, graças a essa luta de bastidores – enfrentando poderosos e até perigosos –, grupos tradicionais tornam-se cada vez mais interlocutores, atores sociais com associações próprias e força política visibilizada e reconhecida nacional e internacionalmente.

RE: Como a senhora avalia as mudanças nos estudos rurais da década de 1970 até o momento atual? Que lugar ocupam as “novas ruralidades” e que contextos são contemplados por essa abordagem?

EFW: Posso afirmar que houve significativos avanços teórico-metodológicos, avanços esses que podem ser percebidos inclusive nas minhas pesquisas. Eu praticava o que Klaas Woortmann, jocosamente, define como “Antropologia Geriátrica” porque sempre iniciava a pesquisa com os e as idosos na casa, atualizando em seguida com adultos e jovens nos espaços produtivos ou associativos. Essas pesquisas eram centradas na reprodução social dos grupos com profundidade histórica, práticas e lógicas produtivas; as especificidades de gênero, ainda que trabalhadas, não constituíam no início um tema em si. Nesse contexto das pesquisas, a mulher, ainda que *partner* do marido, era percebida como por ele encompassada no plano do público, como parte do

workteam familiar. As discussões teóricas que se consolidaram a partir da década de 1980 passaram a iluminar a mulher e dar-lhe novo status de análise, inicialmente no mundo urbano, e depois passaram a contemplar a mulher rural. Domínio do corpo, sexualidade, identidade de gênero são novos temas desafiantes da Antropologia. Aliás, causou um certo “frisson” no meio acadêmico quando pela primeira vez detalhei em meus trabalhos práticas sociais nas quais ela era a protagonista e principalmente etno-concepções que relacionavam, por exemplo, prazer sexual do casal à características do recém-nascido ou a práticas contraceptivas.

Se o *fin de siècle* nos brindou com a dimensão de gênero, o novo milênio nos brindou com o reconhecimento do protagonismo de novos sujeitos: o/a adolescente e a criança. Pesquisas urbanas sobre esses novos sujeitos projetam-se sobre o mundo camponês, como que desdobrando mais uma vez a noção de *workteam*.

Paralelamente, as contribuições teórico-metodológicas dos estudos da memória contribuíram decisivamente para repensar o mundo camponês até então limitado à sua participação econômica para incluir novas dimensões, como sua articulação com o meio ambiente, sua participação política, seu rico universo simbólico, etc. Aliás, há temas que merecem ser aprofundados e dentre eles o das “rurbanidades”. Temas como os impactos das novas tecnologias no mundo rural camponês, ou da “bagagem” camponesa que é trazida no ideário com a migração para a cidade, só para citar mais alguns. Esse trânsito rural, urbano ou rurbano, deve ser aprofundado. São desafios que se apresentam hoje.

RE: Partindo da sua experiência de pesquisa comparativa entre a realidade do agreste e sertão nordestinos e as colônias teuto-brasileiras no Sul do Brasil, como a senhora avalia o referido método na contemporaneidade no tocante aos estudos antropológicos sobre gênero, família e campesinato?

EFW: Essa resposta aponta para duas dimensões – a de conteúdo e a do *timing* atual da nossa pós-graduação. A pesquisa comparativa exige, em primeiro lugar, aprofundada preparação teórico-metodológica específica como a definição e construção do modelo comparativo, dos elementos abstratos a serem comparados, releitura da base histórica, etc. É uma preparação árdua e trabalhosa que exige a leitura de uma grande bibliografia sobre o tema¹, e nesse ponto se chega à dimensão do *timing*. Com a limitação cada vez maior do tempo do doutorado, torna-se cada vez mais difícil realizar um trabalho comparativo. No meu caso, como tinha uma base etnográfica construída sobre os

colonos teuto-brasileiros na graduação e especialização e tinha que complementar o campo em questões específicas, e sobre os sítios de Sergipe a pesquisa de campo já havia sido realizada quando do mestrado, consegui trabalhar num enquadramento de tempo adequado numa amplitude temática mais extensa e historicamente aprofundada. Considero que hoje o trabalho comparativo pode e deve ser realizado, porém centrado numa temática específica.

RE: Mais recentemente a senhora vem se dedicando às questões ligadas a alimentação e patrimônio. Quais os diálogos estabelecidos entre esses campos e os estudos sobre campesinato em seus trabalhos?

EFW: Posso afirmar que a questão da alimentação me acompanha como tema desde a graduação. Ainda na Arqueologia, como indiquei acima, discuti a relação entre características ambientais de um conjunto de sítios, o tipo de alimentos produzidos e consumidos, com a forma de seu material cerâmico. Aliás, este artigo me foi muito especial: ele foi o primeiro que apresentei e foi publicado em congresso no exterior. Na dissertação de especialização relatei o impacto de crises da produção camponesa sobre o grupo social. Com isso, poderia se afirmar que iniciei os estudos sobre a alimentação pelo “seu início”, a produção, para, por meio dela, atingir e construir a análise do consumo. Identifiquei a lógica das etno-classificações dos alimentos a partir do que posteriormente Klaas e eu denominamos de “matriz cognitiva”, que organiza a produção, o consumo e, enfim, toda a *Weltanschauung* do camponês. Nesse tempo tivemos diálogos muito estimulantes com outros grupos de pesquisa da Antropologia e com pesquisadores do então INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) e da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). O trabalho de campo e os primeiros levantamentos foram realizados no âmbito de um projeto sobre produção e consumo de camponeses, apoiado pelo INAN e coordenado pelo Klaas Woortmann (PPGAS/UnB), já então meu marido e Maria Yedda Leite Linhares da Fundação Getúlio Vargas². Desse trabalho de campo resultou minha dissertação de mestrado “Sítios e Roceiros: a produção camponesa num contexto de subordinação”³ e vários artigos publicados.

Foi a partir da organização desses dados que desenvolvi a concepção do modelo de análise sobre a lógica e a dinâmica das mudanças no tempo e espaço pelas quais passa o sítio camponês⁴. Esse modelo expresso graficamente foi depois refinado, incorporando outras dimensões como a de gênero e aplicado na análise de unidades

produtivas dos projetos da mulher no litoral do Rio Grande do Norte e nos seringais do Acre. Outra parte dos dados levantados nesse projeto, como a lógica da produção de sítios de Sergipe, em especial o detalhamento de seus sistemas de consorciamento no tempo e espaço, foram publicados em co-autoria com Klaas Woortmann no livro “O trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa”⁵.

RE: Conhecemos algumas das suas participações em eventos e no desenvolvimento da Antropologia no Rio Grande do Norte e especialmente do PPGAS da UFRN. Gostaríamos que nos contasse um pouco sobre suas pesquisas aqui no estado e sobre sua relação com a nossa Universidade.

EFW: O trabalho de campo foi realizado em várias comunidades pesqueiras do litoral do Rio Grande do Norte – mais especificamente de Baía Formosa até São Bento – entre julho e dezembro de 1989. Fui a responsável pela pesquisa histórico-antropológica de uma equipe multidisciplinar que contava com especialistas de várias áreas, especialmente da Comunicação. Deste projeto e em seu entorno resultou uma série de trabalhos articulados: um grande evento que reuniu pesquisadores de comunidades litorâneas do Brasil, um curso de qualificação de funcionário (a)s do governo do Rio Grande do Norte, publicados vários artigos voltados para a comunidade acadêmica. Foi a oportunidade em que elaborei o argumento e o roteiro do filme premiado “Mulheres da Areia”⁶. Além disso, várias atividades interativas foram desenvolvidas nas diversas comunidades, assim como uma exposição e uma publicação específica voltada para a valorização da mulher nas comunidades.

As pesquisas indicaram que as diferentes comunidades foram afetadas pelos processos de mudança da modernização de forma distinta, e que essa modernização provocou em muitos casos impactos negativos maiores na condição feminina do que no universo masculino. Enquanto na terra e “mar de dentro” os espaços produtivos femininos foram tomados ou poluídos, o universo produtivo masculino no mar pouco mudou. Analiso este quadro desde várias óticas e destaco a relação que se identifica no litoral do Rio Grande do Norte entre degradação ambiental e degradação social feminina⁷.

Em 2013, no âmbito das atividades do PROCAD PPGAS/UNB/UFRN, a Profa. Julie Cavignac me oportunizou uma visita técnica com seus alunos ao sertão do Seridó. Para mim, em parte foi como rever a estiagem que eu havia vivido no sertão e agreste de Sergipe anos antes, mas foi também fundamental para ter uma noção do papel

das políticas públicas no processo atual de reprodução social do grupo face ao que se configura cada vez mais como desastre ambiental. Destaco a importância dos estimulantes diálogos que mantenho com o corpo docente do PPGAS/UFRN, em especial as “colegas de rural” e de publicações, Elisete Schwade, Julie Cavnac e Francisca Miller. Muito proveitosos foram também os diálogos com os alunos nas aulas e os encontros com orientandos fora delas e nas bancas que me abriram novas e estimulantes oportunidades de conhecer, indiretamente, outros universos potiguares.

RE: Agradecemos a sua disposição em ceder esta entrevista para a Revista Equatorial e deixamos o espaço aberto para que acrescente outras questões, se desejar.

EFW: Encerrando gostaria de agradecer pelo convite de vocês e deixar registrada para os que compartilham comigo a fascinação pelo rural, a importância, de um lado, da incorporação de dados e fontes quantitativas em trabalhos qualitativos como forma de adensamento da pesquisa. Fontes como Censos Agropecuários, séries do PNAD's (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), resultados de bancos de dados locais e o decano Dicionário dos Municípios de 1955, por exemplo, podem enriquecer com dados de profundidade a pesquisa. E de outro, considero fundamental a incorporação de elementos aportados de outras áreas, tais como material elaborado por “etnógrafos” ou poetas locais, elementos da religiosidade e lazer, mapas, ditados, letras de músicas, fotografias, etc. A incorporação desse material como que “oxigena” a pesquisa: viabiliza o *rigore* e a liberta da *rigidez* auto-limitante e cristalizadora!

Notas

1. WOORTMANN, Ellen F. Método Comparativo: família e parentesco. In: **Revista Antropológicas**, Recife, ano 9, v. 16, n. 1, p: 87-108.2005. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/viewFile/50/47>
2. Para mais detalhes, ver: Entrevista: Prof. Klaas Woortmann (UnB). In: **Revista Vivência**, Natal, v. 1, n. 43, p: 11-20. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/6838/5249>
3. WOORTMANN, Ellen F. **Sitiantes e Roceiros**: a produção camponesa num contexto de pecuarização. Dissertação (Mestrado). DAN, UnB, 1981.
4. _____ O Sítio Camponês. In: **Anuário Antropológico** / 81, p: 164-203. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1981/anuario81_ellen_woortmann.pdf
5. WOORTMANN Ellen F; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UnB, 1997.
6. WOORTMANN, Ellen F; MONTORO, Tania S (produção). **Mulheres de Areia**. 19'. 1990.
7. WOORTMANN, Ellen F. Cambios de tiempo y espacio/cambios sociales, bajo el impacto de la modernización. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n.15, p: 476-484 maio-agosto 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a15v15n2.pdf>